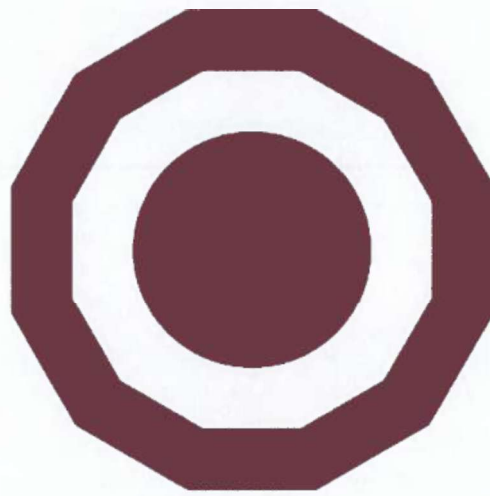


COLISEU MICAELENSE

**Demonstrações Financeiras Ano de
2025**



COLISEU MICAELENSE

Convocatória



**COLISEU
MICAELENSE**

**COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE
EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A.**

Sede: - Edifício Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa – Ponta Delgada

**Sociedade Anonima com o número fiscal de contribuinte 512059420,
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada,
com o capital social de 1.750.000,00 Euros**

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos **Artigos 8.º, n.º 2 e 10.º n.º 1 do Contrato de Sociedade**, convocam-se todos os Acionistas no pleno gozo dos seus direitos para se reunirem em Assembleia Geral a ter lugar no dia **16 de março de 2026**, pelas 09H30, no edifício do Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa – Ponta Delgada, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

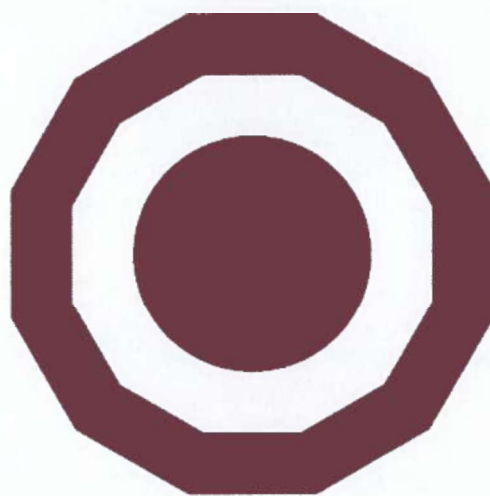
- 1.º Deliberar sobre o Relatório e Contas do exercício de 2025;
- 2.º Deliberar sobre a Proposta da Aplicação de Resultados, apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Nos termos do **Artigo 289.º n.º 1 alínea e) do Código das Sociedades Comerciais**, informam-se os Senhores Acionistas que os documentos atrás descritos serão facultados 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

Ponta Delgada, 18 de fevereiro de 2026

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


PEDRO FILIPE RODRIGUES FURTADO



COLISEU MICAELENSE

Relatório das Atividades Ano de 2025



COLISEU
MICAELENSE

Relatório das Atividades Ano de 2025

Ao longo do ano 2025, o Coliseu Micaelense recebeu os seguintes eventos:

1. Baile de Réveillon 2025 – 1 de janeiro
2. Concerto de Ano Novo 2025 – 11 de janeiro
3. Conferência Associação Sénior – 14 de janeiro
4. Apresentação Agenda 2025 – 18 de janeiro
5. Paulo de Carvalho – 18 de janeiro
6. Diz-me que Luz Veem os teus Olhos – 24 de janeiro
7. Encontro de Avaliação Associação Sénior – 25 de janeiro
8. Fernando Pereira – 27 de janeiro
9. Festa Aniversário – Sala Santos Figueira – 01 de fevereiro
10. Terror e Miséria – 07 de fevereiro
11. Rita Ribeiro – 14 de fevereiro
12. Lançamento do Livro – Estórias – 19 de fevereiro
13. Concerto 32.º Aniversário COA – 22 de fevereiro
14. Baile de Carnaval Sénior – 25 de fevereiro
15. Baile de Carnaval APACDDA 2025 – 26 de fevereiro
16. Grandes Bailes de Carnaval 2025 – 28 de fevereiro e 03 de março
17. Tiago Bettencourt – 08 de março
18. Tributo a Colplay/Coliseus – 15 e 16 de março
19. Colóquio Pensar a Diáspora – 20 e 21 de março
20. Casting para o Filme “Ela Olhava Sem Dizer Nada” – 21 de março
21. XXIV El Açor – 21 e 22 de março
22. Gala do Desporto 2025 – 27 de março
23. Concerto 450 Anos da Marinha nos Açores – 29 de março
24. III Edição Entre a Lava e o Mar – 30 de março
25. Comemoração do Dia da Cidade – 02 de abril

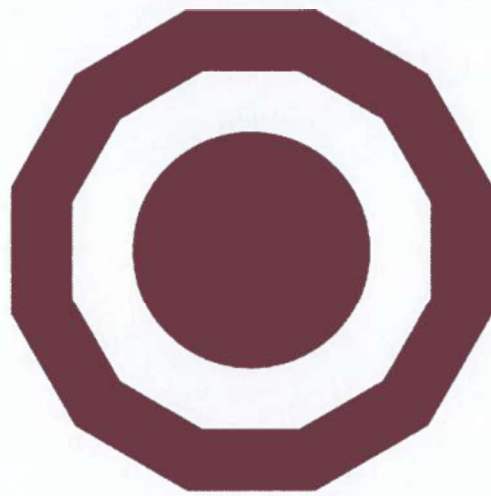
26. Camané – 04 de abril
27. Gala dos 50 Anos Grupo Folclórico da Fajã de Baixo – 05 de abril
28. Almoço dos Romeiros – 09 de abril
29. Festival Tremor 2025 – 09 a 12 de abril
30. Ela Olhava Sem Ver Nada – Filme – 14 de abril
31. Almoço 30 pax Santos Figueira - 14, 19 e 22 de abril
32. Jantar na Santos Figueira para 80 pax – 23 de abril
33. Musical Cabaret – Banda Fundação Brasileira – 27 de abril
34. Tomada de Posse Órgãos Sociais Ordem dos Enfermeiros – 30 de abril
35. Jantar II Edição do Congresso de Enfermagem dos Açores – 09 de maio
36. The Lucky Duckies – 10 de maio
37. 108.º Anos do Coliseu Micaelense – 10 de maio
38. Jantar de Gala European Cetacean Society Conference – 16 de maio
39. Festa do Emigrante – 23 de maio
40. Gipsy Kings – 30 de maio
41. Inauguração Exposição “Bem-vinda Sejas Amália” – 06 de junho
42. Amália Sinfónico – 06 de junho
43. Hercules Olympia PT – 08 de junho
44. Barcelona Flamengo Ballet/Luxúria – 09 de junho
45. 3 Tons de Comédia (Hugo Sousa, Gilmário Vemba, Murilo Couto) – 11 de julho
46. Festa Branca Sénior 2025 – 23 de julho
47. Swing – 05 de setembro
48. Summer Off Radio On 2025 – 13 de setembro
49. Insónia – Fernando Mendes – 19 de setembro
50. Inauguração Exposição “Músicos de Rua” – 25 de setembro
51. Dois de Nós – 26 a 28 de setembro
52. Fábria Rebordão – 03 de outubro
53. Ney Matogrosso – 05 de outubro
54. Atos Únicos – Festival Pop – 10 de outubro
55. Lançamento do Livro Armando Moreira “Caçador de Nuvens” – 14 de outubro
56. Sons e tradições – 18 de outubro
57. Walk Of Life – Dire Straits – Filarmónica Nª Sra. Estrela – 25 de outubro
58. Pólo Norte – 31 de outubro
59. Banda Fundação Brasileira Convida Buba Espinho – 02 de novembro
60. Tomada Posse da CMPDL – 04 de novembro
61. V Jornadas de Investigação A. Portuguesa de Cuidados Paliativos – 05 de novembro
62. Nena – 07 de novembro
63. Pénis – Uma Espécie de Musical – 08 de novembro
64. Gala de Mérito Desportivo Escolar – 09 de novembro
65. VII Edição Açores, Terra de mar e Fogo – 16 de novembro



COLISEU
MICAELENSE

66. XX Ínsula – 21 e 22 de novembro
67. Lançamento do Livro “Estórias” – 24 de novembro
68. Dia Mundial do Fado – 27 de novembro
69. Circo de Natal Cardinali – 29, 30 de novembro e 01 de dezembro – Várias sessões
70. Festa de Natal ATLS – 02, 03 e 04 de dezembro
71. Jantar Azoris – 07 de dezembro
72. Festa Natal Bensaúde – 12 de dezembro
73. Jantar da 61ª Corrida S. Silvestre – 13 de dezembro
74. Festa Natal de CCR – 14 de dezembro
75. Festa Natal Gente Palmo e Meio – 17 de dezembro
76. Almoço Natal pelo CCR ao Funcionários da CMPDL – 19 de dezembro
77. Concerto Natal CMPD – 21 de dezembro

No total, passaram pelo Coliseu Micaelense **97 eventos** originando em **63 144 espetadores, 49 visitas** com a presença de **382 visitantes, 31 Residências Artísticas** com o número de **participantes de 425, 4 ações de formação com 1592 participantes.**



COLISEU MICAELENSE

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Introdução

O exercício de 2025 decorreu num contexto de continuidade da missão cultural do Coliseu Micaelense, marcado simultaneamente pela consolidação da atividade artística e pelo início de um novo ciclo de preparação estratégica associado à realização da Capital Portuguesa da Cultura 2026.

Ao longo do ano, o Coliseu manteve uma programação diversificada e acessível, reforçando o seu papel enquanto espaço de encontro entre criadores, públicos e instituições culturais, e contribuindo para a dinamização cultural do concelho de Ponta Delgada e da Região Autónoma dos Açores. A atividade desenvolvida insere-se numa lógica de serviço público cultural, orientada para a democratização do acesso à cultura e para a valorização da criação artística.

Atividade Cultural

Durante o ano de 2025 o Coliseu Micaelense acolheu 97 eventos com a participação de 63.144 espetadores, número que representa um ligeiro aumento face a 2024, ano em que foram realizados 96 eventos com a participação de 54.710 espetadores, e uma evolução face a 2023, em que se registaram 91 eventos com a participação de 53.557 espetadores.

A programação cultural manteve-se diversificada e dirigida a diferentes públicos, integrando espetáculos de música, dança, teatro, exposições e eventos institucionais.

Entre os eventos que mais se destacaram ao longo do ano incluem-se a exposição dedicada a Amália Rodrigues, intitulada *“Bem-Vinda sejas Amália”*, bem como a exposição de fotografia *“Músicos de Rua”*, da autoria de Paulo Mendonça, integrada na iniciativa Semana do Brasil.

Assumiu igualmente particular relevância a presença da estação televisiva brasileira TV Bandeirantes, que realizou no Coliseu Micaelense a gravação do especial de Natal *“Ney nos Açores”*, dedicado ao artista Ney Matogrosso. Esta iniciativa teve ampla divulgação no Brasil, contribuindo para projetar internacionalmente o Coliseu Micaelense, a cidade de Ponta Delgada e a Região Autónoma dos Açores.

No plano da programação artística destacaram-se ainda os seguintes eventos:

- Concerto de Paulo de Carvalho
- Concerto do 32.º Aniversário do COA
- Concerto comemorativo dos 450 anos da Provedoria da Armada
- Festa do Emigrante, com Tony Carreira, Mickael Carreira e David Carreira

- Espetáculo dos Gipsy Kings
- Barcelona Flamenco Ballet
- Semana do Brasil
- Espetáculo de Ney Matogrosso
- Circo Mágico de Natal, realizado em várias sessões

Importa igualmente sublinhar o contributo das filarmónicas locais, nomeadamente a Fundação Brasileira, a Aliança dos Prazeres, a Harmonia Mosteirense e a Filarmónica Nossa Senhora da Estrela, cuja participação reforça a ligação do Coliseu ao tecido cultural e associativo da ilha de São Miguel.

Para além da dimensão artística, a atividade cultural desenvolvida pelo Coliseu Micaelense continua a assumir um papel relevante na dinamização social e cultural do concelho, contribuindo para a valorização do património cultural e para a projeção externa de Ponta Delgada e da Região Autónoma dos Açores enquanto destino cultural.

Parcerias Institucionais

Ao longo do exercício de 2025 foram reforçadas diversas parcerias institucionais com vista ao desenvolvimento da atividade cultural do Coliseu Micaelense.

Destaca-se a celebração de um protocolo de colaboração com a Universidade dos Açores, bem como a formalização de um acordo de parceria com a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Foi ainda implementado o protocolo de adesão aos programas municipais Famílias Numerosas, Cartão PDL Sénior e Cartão PDL Jovem, em articulação com o Município de Ponta Delgada, reforçando o acesso inclusivo da população às atividades culturais promovidas pela entidade.

Análise Económica e Financeira

A atividade cultural desenvolvida ao longo de 2025 teve reflexo direto na evolução da situação económica e financeira do Coliseu Micaelense. A manutenção de uma programação regular, a realização de eventos de grande dimensão e o reforço das parcerias institucionais contribuíram para uma dinâmica significativa ao nível da atividade operacional da entidade.

No exercício de 2025, o Coliseu Micaelense registou rendimentos totais de 2.675.031,01 euros e gastos totais de 2.672.738,00 euros, resultando num resultado líquido positivo de 12.781,01 euros.

O resultado operacional antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) ascendeu a 277.473,58 euros, refletindo a capacidade da entidade para gerar resultados a partir da sua atividade corrente.

Comparativamente ao exercício de 2024, verificou-se a seguinte evolução dos principais indicadores económicos e financeiros:

Indicador	2024	2025
Rendimentos totais	2.132.117,36 €	2.675.031,01 €
Gastos totais	2.134.658,50 €	2.672.738,00 €
EBITDA	317.241,99 €	277.473,58 €
Resultado Líquido	8.436,34 €	12.781,01 €

Apesar da redução do EBITDA face ao exercício anterior, o resultado líquido apresentou uma melhoria, situação que se explica essencialmente pela diminuição dos encargos financeiros suportados pela entidade.

Com efeito, os gastos financeiros passaram de 100.655,54 euros em 2024 para 53.583,73 euros em 2025, refletindo a redução do nível de endividamento e o esforço de amortização do financiamento bancário realizado ao longo do exercício.

No que respeita ao volume de negócios, verificou-se a seguinte evolução:

- 2024 – 797.591 euros
- 2025 – 806.931 euros

Recursos Humanos e Estrutura Organizacional

O exercício de 2025 ficou marcado pela consolidação da reorganização da estrutura organizativa do Coliseu Micaelense iniciada no ano anterior, bem como pelo reforço pontual da equipa em virtude das responsabilidades acrescidas associadas à preparação da Capital Portuguesa da Cultura 2026.

No final de 2025, o quadro de pessoal da entidade era composto por 26 colaboradores, representando um aumento face aos 22 trabalhadores registados em 2024. Este acréscimo encontra-se essencialmente associado à integração de quatro colaboradores na equipa de gestão da Capital Portuguesa da Cultura, estrutura criada para assegurar o acompanhamento e preparação das iniciativas previstas no âmbito desse evento.

Em termos financeiros, a rubrica de gastos com o pessoal registou um aumento de cerca de 27% face ao exercício anterior. Importa, contudo, referir que esta variação resulta, em grande medida, de dois fatores específicos: por um lado, da integração da equipa dedicada à Capital Portuguesa da Cultura e, por outro, dos encargos extraordinários

registados no exercício anterior associados ao processo de cessação de funções do anterior diretor.

Expurgando estes efeitos de natureza extraordinária e estruturalmente diferenciada, a evolução dos gastos com pessoal associados ao funcionamento regular da entidade fixou-se em cerca de 6%, refletindo essencialmente atualizações remuneratórias e ajustamentos pontuais decorrentes da reorganização interna implementada.

De forma geral, o exercício de 2025 caracterizou-se por uma situação de estabilidade do quadro de pessoal, permitindo consolidar a nova estrutura organizativa e assegurar a continuidade das atividades programáticas, técnicas e administrativas do Coliseu Micaelense.

Este reforço pontual de recursos humanos encontra-se diretamente relacionado com a preparação da Capital Portuguesa da Cultura 2026, iniciativa que exige um esforço acrescido de planeamento, coordenação e produção cultural, contribuindo simultaneamente para reforçar a capacidade organizativa da entidade na execução de projetos culturais de maior dimensão.

Situação Financeira e Endividamento

No que respeita ao endividamento financeiro da entidade, verificou-se uma redução do capital em dívida.

O montante de financiamentos obtidos ascendia a 1.594.589,62 euros em 31 de dezembro de 2024, tendo diminuído para 1.185.565,57 euros em 31 de dezembro de 2025, evidenciando o esforço de amortização realizado ao longo do exercício e o reforço gradual da solidez financeira da entidade, mantendo uma gestão prudente do recurso ao financiamento externo.

Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta o atrás exposto, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido obtido, no montante de 12.781,01 euros (doze mil setecentos e oitenta e um euros e um cêntimo), seja constituída uma reserva legal de 5% e que o restante seja transferido para resultados transitados.

Perspetivas para 2026

O ano de 2026 assume particular relevância para o Coliseu Micaelense e para o concelho de Ponta Delgada, uma vez que corresponde ao ano de realização da Capital Portuguesa da Cultura 2026, iniciativa que coloca a cidade e a Região Autónoma dos Açores no centro da programação cultural nacional.

Neste contexto, o Coliseu Micaelense terá um papel ativo na dinamização cultural associada a este evento, acolhendo e promovendo diversas iniciativas que contribuirão para reforçar a oferta cultural, estimular a participação do público e projetar externamente a cidade de Ponta Delgada enquanto destino cultural. Importa ainda referir que, para fazer face às exigências acrescidas associadas a esta iniciativa, o orçamento aprovado para 2026 foi reforçado em 2.485.008 euros, permitindo assegurar os meios financeiros necessários à concretização da programação cultural e das atividades previstas no âmbito da Capital Portuguesa da Cultura.

Para além das iniciativas enquadradas neste evento, o Coliseu pretende continuar a desenvolver uma programação cultural diversificada, inclusiva e orientada para a conquista de novos públicos.

Entre as iniciativas previstas para o ano de 2026 destacam-se:

- Recuperação das matinés de Carnaval para crianças, com o Baile de Carnaval Infantil
- Iberian Festival Awards
- Teatro de revista *Balão de Oxigénio*, com João Baião
- Ópera *O Barbeiro de Sevilha*
- Reforço do Serviço Educativo, com espetáculos dirigidos ao público mais jovem
- Tributo às Guerreiras do K-Pop
- Musical *Madagáscar*
- Espetáculo de circo em formato arena – Circo on Ice

Paralelamente, um dos objetivos estratégicos para 2026 consiste no reforço da participação do Coliseu na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP). Neste contexto, a participação no Encontro da RTCP realizado em Faro, em novembro de 2025, revelou-se particularmente relevante, permitindo estabelecer novos contactos institucionais e lançar oportunidades de cooperação.

No seguimento desse processo foram celebrados protocolos de colaboração com o Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria, e com o Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha.

Foram ainda formalizados dois novos protocolos culturais:

- com a Academia Portuguesa de Cinema, com o objetivo de promover a exibição regular de cinema nacional no Coliseu Micaelense e contribuir para a formação de novos públicos
- com o Centro Português de Serigrafia, permitindo promover exposições de obras de arte contemporânea e reforçar o acesso do público açoriano à criação artística.

Considerações Finais

O Conselho de Administração entende que os resultados alcançados em 2025 demonstram a capacidade do Coliseu Micaelense para cumprir a sua missão de serviço público cultural, assegurando simultaneamente uma gestão responsável dos recursos que lhe são confiados.

A continuidade da programação cultural, o reforço das parcerias institucionais e o trabalho desenvolvido na preparação da Capital Portuguesa da Cultura 2026 constituem sinais claros da relevância da atividade desenvolvida pela entidade.

Para o futuro, o Coliseu manterá o seu compromisso com a promoção da cultura, a valorização dos artistas e a aproximação a novos públicos, contribuindo para afirmar Ponta Delgada e os Açores como um território culturalmente ativo, aberto e criativo, valorizando simultaneamente o papel do Coliseu enquanto espaço de referência da vida cultural da cidade.

O Conselho de Administração expressa ainda o seu reconhecimento e agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento da atividade do Coliseu Micaelense ao longo de 2025, designadamente ao público que continua a acolher e a participar nas iniciativas promovidas, às entidades e parceiros institucionais que colaboram regularmente com a instituição e, de forma muito particular, aos colaboradores do Coliseu, cujo empenho e dedicação são determinantes para a concretização da sua missão cultural.

Ponta Delgada, 18 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração



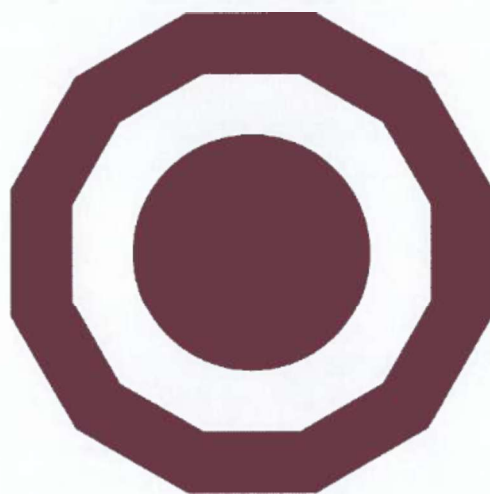
Cassilda Alexandra Antunes Lopes

Presidente



Helena Margarida Costa Medeiros Moura

Vogal



COLISEU MICAELENSE

Mapas Financeiros

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração de resultados por naturezas

Demonstração das alterações no património líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Anexo às demonstrações orçamentais

Alterações Orçamentais da Receita

Alterações Orçamentais da Despesa

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa



BALANÇO INDIVIDUAL
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativos fixos tangíveis		13 195 313,55	13 392 303,75
Activos intangíveis		32 236,29	41 669,77
Outros ativos financeiros		4 407,94	4 407,94
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CORRENTES		13 231 957,78	13 438 381,46
Inventários		4 572,48	3 303,89
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		-	-
Clientes, contribuintes e utentes		54 553,60	46 699,20
Estado e Outros Entes Públicos		33 226,00	10 214,85
Outras contas a receber		2 781,60	277,14
Diferimentos		16 111,27	17 739,49
Caixa e depósitos		131 076,76	54 497,79
TOTAL DOS ATIVOS CORRENTES		242 321,71	132 732,36
TOTAL DO ATIVO		13 474 279,49	13 571 113,82
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital		1 750 000,00	1 750 000,00
Ações próprias		(244,51)	(244,51)
Reservas		330 198,62	329 776,80
Resultados transitados		1 231 888,21	1 161 905,61
Excedentes de revalorização		7 358 110,63	7 417 542,91
Resultado líquido do período		12 781,01	8 436,34
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		10 682 733,96	10 667 417,15
PASSIVO			
Financiamentos obtidos		820 462,63	1 192 780,44
Passivos por impostos diferidos		812 822,92	823 310,92
TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CORRENTES		1 633 285,55	2 016 091,36
PASSIVO CORRENTE:			
Credores por transferências e subsídios concedidos		-	-
Fornecedores		97 791,56	37 953,32
Estado e outros entes públicos		37 944,77	41 539,50
Financiamentos obtidos		365 102,94	401 809,18
Outras contas a pagar		286 773,83	164 642,84
Diferimentos		370 646,88	241 660,47
TOTAL DOS PASSIVOS CORRENTES		1 158 259,98	887 605,31
TOTAL DO PASSIVO		2 791 545,53	2 903 696,67
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO		13 474 279,49	13 571 113,82

O Contabilista Certificado:



O Conselho de Administração:



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		10,68	-
Prestações de serviços e concessões		806 930,75	797 591,45
Transferências e subsídios correntes obtidos		1 792 754,58	1 276 085,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e dos investimentos transferidos		(10,68)	-
Fornecimentos e serviços externos		(1 480 322,87)	(1 092 809,56)
Gastos com pessoal		(881 890,13)	(696 406,09)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	4 584,92
Outros rendimentos		75 335,00	53 855,81
Outros gastos		(35 333,75)	(25 659,72)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES E RESULTADOS FINANCEIROS		277 473,58	317 241,99
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(221 596,84)	(219 127,59)
RESULTADOS OPERACIONAL (ANTES DE RESULTADOS FINANCEIROS)		55 876,74	98 114,40
Juros e gastos similares suportados		(53 583,73)	(100 655,54)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		2 293,01	(2 541,14)
Imposto sobre o rendimento		10 488,00	10 977,48
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12 781,01	8 436,34

O Contabilista Certificado:



O Conselho de Administração:



Helena Costa Rodrigues Moura

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(valores expressos em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1 106 301,67	1 051 516,21
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		1 885 864,86	1 369 947,79
Pagamentos a fornecedores		(1 548 481,78)	(1 200 831,11)
Pagamentos ao pessoal		(810 637,79)	(632 965,90)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		633 046,96	587 666,99
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento		(3 073,28)	(13 178,39)
Outros recebimentos/pagamentos		(36 196,86)	(98 357,20)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (a)		593 776,82	476 131,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(55 494,94)	(123 159,63)
Ativos intangíveis		-	(1 310,27)
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (b)		(55 494,94)	(124 469,90)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Cobertura de prejuízos		2 535,80	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(409 024,05)	(392 680,87)
Juros e gastos similares		(55 214,66)	(104 507,22)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (c)		(461 702,91)	(497 188,09)
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		76 578,97	(145 526,59)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		54 497,79	200 024,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período		131 076,76	54 497,79

O Contabilista Certificado:



O Conselho de Administração:



Handwritten text at the bottom of the page, possibly a date or reference number.



COLISEU
MICAELENSE

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		54 497,79	200 024,38
- Equivalentes a caixa no início do período		-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período	5	-	-
= Saldo da gerência anterior		54 497,79	200 024,38
De execução orçamental		54 497,79	200 024,38
De operações de tesouraria		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		131 076,76	54 497,79
- Equivalentes a caixa no fim do período		-	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período	5	-	-
= Saldo para a gerência seguinte		131 076,76	54 497,79
De execução orçamental		131 076,76	54 497,79
De operações de tesouraria		-	-

Helena Costa
Treasurer



COLISEU
MICAELENSE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2025

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA EMPRESA-MÃE						Total do património líquido	
	Capital / Património Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização		
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1 750 000,00	(244,51)	263 000,00	66 776,80	1 161 905,61	7 417 542,91	8 436,34	10 667 417,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
2 Aplicação do resultado líquido de 2024	-	-	421,82	-	8 014,52	(58 942,77)	(8 436,34)	0,00
3 Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	421,82	-	66 957,29	(58 942,77)	(8 436,34)	0,00
4=2+3 Resultado líquido do período	-	-	421,82	-	66 957,29	(58 942,77)	4 344,67	12 781,01
5 Resultado integral	-	-	-	-	2 535,80	-	-	2 535,80
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	2 535,80	-	-	2 535,80
6=1+2+3+5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	1 750 000,00	(244,51)	263 421,82	66 776,80	1 231 398,70	7 358 600,14	12 781,01	10 682 733,96

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2024

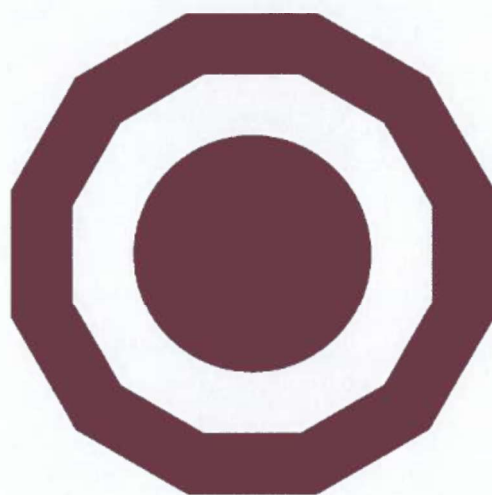
(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA EMPRESA-MÃE						Total do património líquido	
	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização		
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1 750 000,00	(244,51)	258 000,00	66 776,80	1 026 767,05	7 476 485,68	81 195,79	10 658 980,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
2 Aplicação do resultado líquido de 2023	-	-	5 000,00	-	76 195,79	-	(81 195,79)	-
3 Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-	-	5 000,00	-	58 942,77	(58 942,77)	(81 195,79)	-
4=2+3 Resultado líquido do período	-	-	5 000,00	-	135 138,56	(58 942,77)	8 436,34	8 436,34
5 Resultado integral	-	-	5 000,00	-	135 138,56	(58 942,77)	(72 759,45)	8 436,34
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	1 750 000,00	(244,51)	263 000,00	66 776,80	1 161 905,61	7 417 542,91	8 436,34	10 667 417,15

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração:

11.0. ... Reservas Reservas



COLISEU MICAELENSE

Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 Identificação da entidade

- a) **Designação da entidade:** Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A.;
Contribuinte 512 059 420
- b) **Endereço:** Rua de Lisboa – Edifício do Coliseu Micaelense
- c) **Classificação orgânica:** Empresa local do setor empresarial local, sob a forma de sociedade anónima, integrada no subsetor da administração local.
- d) **Tutela: Município de Ponta Delgada**
- e) **Constituição, principal legislação aplicável e organização:**

O Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M., S.A, adiante designada Coliseu Micaelense, tem a sua sede na Rua de Lisboa, Ponta Delgada e tem como objeto principal a promoção e gestão de equipamentos coletivos, bem como a prestação de serviços públicos na área da cultura. Isso envolve a gestão e programação do edifício de sua propriedade e de outros espaços e equipamentos que estejam sob sua responsabilidade.

Dentro do escopo dos serviços públicos, as atividades da Coliseu Micaelense E.M. S.A. incluem:

- a) Assegurar a programação artística e cultural, bem como a gestão geral e exploração dos espaços e equipamentos municipais sob sua responsabilidade.
- b) Organizar, produzir e supervisionar atividades e eventos artísticos e culturais alinhados com as diretrizes de dinamização cultural e apoio às artes definidas pelo Município de Ponta Delgada.
- c) Participar, promover e financiar produções culturais próprias ou em colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, dentro do escopo de seu objeto social.
- d) Promover a dinamização artística e cultural do concelho de Ponta Delgada.
- e) Contribuir para a formação de públicos nas áreas das artes e do espetáculo.
- f) Fomentar o intercâmbio cultural e artístico a nível nacional e internacional.
- g) Organizar, programar, gerir e supervisionar eventos e ações artísticas, culturais e de entretenimento.

A entidade é detida em 99,79% pelo Município Ponta Delgada.



1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o SNC-AP, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, em 12 de fevereiro de 2025.



Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais, que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerário	329,96	996,04
Depósitos bancários	130 746,80	53 501,75
Outros depósitos bancários	-	-
TOTAL	131 076,76	54 497,79

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.



As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

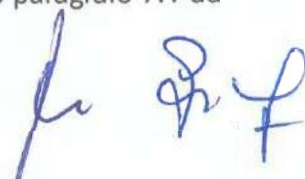
Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Conforme política contabilística adotada pela Entidade a partir de 1 de janeiro de 2018, e tendo em consideração a necessidade de aplicar procedimentos mais eficientes de contabilização e registo de bens móveis adquiridos, bem como do princípio da materialidade previsto no parágrafo 7.1 da



Estrutura Conceptual do SNC-AP e dos critérios previstos na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, para a conta “437 Outros ativos fixos tangíveis” e “62 Fornecimentos e serviços externos”:

- os bens móveis de vida útil inferior a um ano ou, mesmo que superior, que tenham um valor individual inferior a 100,00 euros, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos em gastos do exercício;
- os bens móveis de vida útil igual ou superior a um ano, que tenham um valor individual inferior a 1.000,00 euros e sem taxa definida no “Classificador Complementar 2”, podem ser depreciados integralmente no próprio exercício, mediante análise casuística e autorização do órgão de gestão.

b) Imparidades de ativos

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Locações

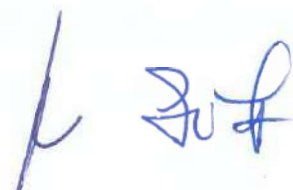
A Entidade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços, tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciáveis e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.



d) Participações financeiras

As participações financeiras são mensuradas ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. À data de relato, a Entidade não detém participações financeiras.

e) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

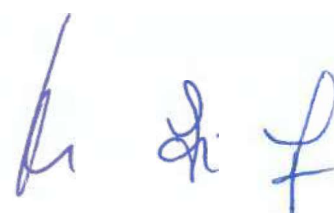
Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.



(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo SNC.

(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.





COLISEU
MICAELENSE

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

k) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações, com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade, quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

l) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

m) Especialização de gastos e rendimentos

A Entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

n) Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas



o) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

2.3 Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2025, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Administração procedido à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.5 Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

2.7 Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.



2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2025 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas

As fichas de cadastro dos demais ativos encontram-se atualizadas à data de relato, com informações sobre a vida útil dos bens e respectivas taxas de amortização. Para os ativos intangíveis obtidos antes da transição para o SNC-AP, as taxas de amortização utilizadas são as definidas pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Para os bens adquiridos posteriormente à data de transição para o SNC-AP, as taxas utilizadas são as que se encontram previstas no Classificador Complementar 2.

b) Método de amortização usado

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, atendendo ao período de vida útil estimado. Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar aumento na vida útil dos ativos são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era assim resumida:

QUADRO 3.1 – ATIVOS INTANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

2025	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO				
	RUBRICAS (1)	QUANTIA BRUTA (2)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS									
	Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
	Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
	Programas de computador e sistemas de informação	51 091,74	9 421,97	-	41 669,77	42 022,01	9 785,72	-	32 236,29
	Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	51 091,74	9 421,97	161 696,97	21 979,38	42 022,01	21 850,52	4 178,75	32 236,29
2024									
2024	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO				
	RUBRICAS (1)	QUANTIA BRUTA (2)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS									
	Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
	Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
	Programas de computador e sistemas de informação	54 542,14	4 760,67	-	49 781,47	51 091,74	9 421,97	-	41 669,77
	Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	54 542,14	4 760,67	-	49 781,47	51 091,74	9 421,97	-	41 669,77



QUADRO 3.2 – ATIVOS INTANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA E VARIÇÕES DO PERÍODO


2025		VARIÇÕES									QUANTIA ESCRITURADA FINAL
RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZAÇÕES (5)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIDADE (7)	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)	DIMINUIÇÕES (10)	(11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)	
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Programas de computador e sistemas de informação	41 669,77	352,24	-	-	-	-	9 785,72	-	-	32 236,29	
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	41 669,77	352,24	-	-	-	-	9 785,72	-	-	32 236,29	

2024		VARIÇÕES									QUANTIA ESCRITURADA FINAL
RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZAÇÕES (5)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIDADE (7)	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)	DIMINUIÇÕES (10)	(11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)	
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Programas de computador e sistemas de informação	49 781,47	1 310,27	-	-	-	-	9 421,97	-	-	41 669,77	
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	49 781,47	1 310,27	-	-	-	-	9 421,97	-	-	41 669,77	

QUADRO 3.2A – ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

2025		ADIÇÕES								TOTAL
RUBRICAS (1)	INTERNAS (2)	COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNCIAS OU TROCA (5)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERDIDO A FAVOR DO ESTADO (6)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (7)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (8)	FUSÃO, CISÃO, REESTRUTURAÇÃO (9)	OUTRAS (10)	(11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	352,24	-	-	-	-	-	-	-	352,24
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	352,24	-	-	-	-	-	-	-	352,24

2024		ADIÇÕES								TOTAL
RUBRICAS (1)	INTERNAS (2)	COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNCIAS OU TROCA (5)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERDIDO A FAVOR DO ESTADO (6)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (7)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (8)	FUSÃO, CISÃO, REESTRUTURAÇÃO (9)	OUTRAS (10)	(11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	1 310,27	-	-	-	-	-	-	-	1 310,27
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1 310,27	-	-	-	-	-	-	-	1 310,27



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram adições, nem diminuições, nem revalorizações de ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Entidade não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzidos das depreciações e de perdas de imparidade, quando aplicável. O custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição, no caso dos ativos que foram adquiridos após esta mesma data.

b) Método de depreciação usado

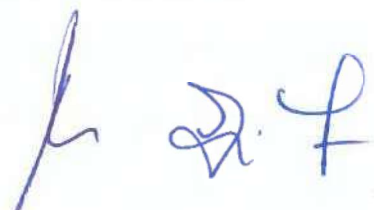
As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, atendendo ao período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar aumento na vida útil dos ativos são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As fichas de cadastro dos demais ativos encontram-se atualizadas à data de relato, com informações sobre a vida útil dos bens e respetivas taxas de depreciação. Para os bens adquiridos antes da transição para o SNC-AP, as taxas de depreciação utilizadas são as definidas pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Para os bens adquiridos posteriormente à data de transição para o SNC-AP, as taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram previstas no Classificador Complementar 2.

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 resume-se como segue:



QUADRO 5.1 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – QUANTIA ESCRITURADA, VARIAÇÕES DO PERÍODO E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31/12/2025							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS AFT	ATF EM CURSO	
DESCRIÇÃO								
1 Quantia bruta escriturada inicial	-	20 485 883,48	993 886,49	-	213 071,26	30 758,64	-	21 723 599,87
2 Depreciações acumuladas iniciais	-	7 293 532,76	899 581,10	-	127 014,63	11 167,63	-	8 331 296,12
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-
4 QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA INICIAL (4=1-2-3)	-	13 192 350,72	94 305,39	-	86 056,63	19 591,01	-	13 382 303,75
5 MOVIMENTOS DO PERÍODO: (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	-	162 077,18	19 899,29	-	13 995,40	1 018,33	-	196 990,20
5.1 Total das adições	-	-	542,50	-	8 910,16	5 368,26	-	14 820,92
Aquisições em 1ª mão	-	-	542,50	-	8 910,16	5 368,26	-	14 820,92
5.2 Total das diminuições	-	162 077,18	20 441,79	-	22 905,56	6 386,59	-	211 811,12
Depreciações	-	162 077,18	20 441,79	-	22 905,56	6 386,59	-	211 811,12
Alienações (depreciações)	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações (imobilizado)	-	-	-	-	-	-	-	-
6 QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA (6=4+5)	-	13 030 273,54	74 406,10	-	72 061,23	18 572,68	-	13 196 313,55
7 TITULARIDADE RESTRINGIDA	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO 5.2A – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – DEPRECIACÃO ACUMULADA NO FINAL PERÍODO

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos e Recursos Naturais	-	-
Edifícios e outras construções	7 455 609,94	7 293 532,76
Equipamento Básico	920 022,89	899 581,10
Equipamento de Transporte	-	-
Equipamento Administrativo	149 920,19	127 014,63
Outros Ativos tangíveis	17 554,22	11 167,63
TOTAL	8 543 107,24	8 331 296,12

O montante reconhecido como adições refere-se maioritariamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, sendo que estes estão registados pelo preço de fatura.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram revalorizações de ativos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2009, procedeu-se à reavaliação do edifício Coliseu, reportada a essa data, da qual resultou um incremento patrimonial de 9.988.860 euros, que está reconhecido no património líquido.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

NOTA 7 – CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2025, existiam três empréstimos bancários:



- i. Empréstimo celebrado em setembro de 2016, no montante de 684.721 euros, pelo prazo de 10 anos, reembolsável em 270 prestações de capital mensais, constantes e iguais. Os juros mensais são calculados à taxa anual Euribor de três meses com uma margem de segurança de 0,875%.
- ii. Empréstimo celebrado em dezembro de 2016, no montante de 1.259.590 euros, pelo prazo de 10 anos, sendo reembolsável em 270 prestações de capital mensais, constantes e iguais. Os juros são calculados à taxa anual Euribor de seis meses com uma margem de segurança de 0,500%.
- iii. Empréstimo celebrado em abril de 2023, no montante de 1.400.000 euros, pelo prazo de 7 anos, sendo reembolsável em 84 prestações de capital mensais, constantes e iguais. Os juros são calculados à taxa anual Euribor de seis meses com uma margem de segurança de 1,5%.

NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

A Administração efetuou uma rigorosa e criteriosa análise dos clientes cuja cobrabilidade estaria em causa, sendo os que apresentam dificuldades de cobrança qualificados como clientes de cobrança duvidosa, não tendo havido a necessidade de reforçar as imparidades constituídas em anos anteriores.

QUADRO 9.1 – IMPARIDADE DE ATIVOS

IMPARIDADE NA RÚBRICA CLIENTES	31/12/2025	31/12/2024
Cientes cobrança duvidosa	45 410,18	45 410,18
Perdas por imparidade acumuladas		
Saldo Inicial	45 410,18	49 995,10
Reforço / -reversão	-	4 584,92
Saldo Final	45 410,18	45 410,18
IMPARIDADES NA RÚBRICA OUTROS DEVEDORES	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	-	-
Reforço / -reversão	-	-
Saldo Final	-	-



NOTA 10 – INVENTÁRIOS

No período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

QUADRO 10.1 - INVENTÁRIOS

RUBRICAS	31/12/2025			31/12/2024		
	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA
Mercadorias	4 572,48	-	4 572,48	3 303,89	-	3 303,89
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-
Adiantamento por conta de compras	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4 572,48	-	4 572,48	3 303,89	-	3 303,89

QUADRO 10.2 – INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

	2025	2024
Existências Iniciais	3 303,89	4 759,22
Compras	1 788,00	129,15
Regularização Existências (+/-)	519,41	1 584,48
Existências Finais	4 572,48	3 303,89
CMVMC	10,68	-

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos resultados de 2025, foi de 10,68 euros.

NOTA 13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Nos rendimentos provenientes de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destaca-se como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.




QUADRO 13.1 – RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO

RÚBRICAS	2025	2024
CRÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO:		
Vendas		
Produtos alimentares e bebidas	-	-
Livros e documentação técnica	-	-
Publicações e Impressos	-	-
Material de escritório	-	-
Fardamentos e artigos pessoais	-	-
Prestação de serviços		
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-
Bilheteira	626 711,35	559 768,02
Cartões quadrilátero	-	-
Camarotes	-	-
Vale cartão Quadrilátero	-	-
Aluguer de equipamentos	-	-
Arrendamento	-	-
Aluguer de espaços	171 179,12	182 497,90
Patrocínios	-	-
Outros serviços	9 040,28	55 325,53
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	6 824,64	6 680,40
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,20
Rendimentos e ganhos em investimento	-	6 133,28
Outros	68 510,36	41 041,93
TOTAL	882 265,75	851 447,26

NOTA 14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis não reembolsáveis são inicialmente contabilizados no património líquido. Subsequentemente, os subsídios relacionados com ativos depreciáveis ou amortizáveis são imputados numa base sistemática como rendimentos durante a vida útil do ativo, de forma a balancear os gastos de depreciação/amortização. Os subsídios à exploração são aqueles que se destinam a compensar gastos incorridos na exploração.



RÚBRICAS	2025	2024
SUBSÍDIOS SEM CONDIÇÃO		
Contrato programa - Administrações Públicas	1 100 000,00	980 000,00
Contrato sectorial - Administrações Públicas	685 254,58	294 828,33
Outros	7 500,00	1 256,85
TOTAL	1 792 754,58	1 276 085,18

NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 12 de fevereiro de 2025 pelo Conselho de Administração. Após essa data, apenas a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a sua alteração.

À data da autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não são conhecidos acontecimentos subsequentes com impacto material na posição financeira, no desempenho ou nos fluxos de caixa do Coliseu Micaelense reportados a 31 de dezembro de 2025.

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

CLIENTES	31/dez/25			31/dez/24		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Cientes c/c	54 553,60	0,00	54 553,60	46 699,20	0,00	46 699,20
Cientes títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes cob. duvidosa	45 410,18	0,00	45 410,18	45 410,18	0,00	45 410,18
TOTAL	99 963,78	0,00	99 963,78	92 109,38	0,00	92 109,38

18.2 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

FORNECEDORES	31/dez/25			31/dez/24		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores c/c	97 791,56	0,00	97 791,56	37 953,32	0,00	37 953,32
TOTAL	97 791,56	0,00	97 791,56	37 953,32	0,00	37 953,32

18.3 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava no ativo e no passivo, os seguintes saldos:



ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/25			31/dez/24		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
ATIVOS						
Imposto sobre o rendimento	3 726,00	0,00	3 726,00	5 508,00	0,00	5 508,00
Imposto sobre o valor acrescentado	29 500,00	0,00	29 500,00	4 706,85	0,00	4 706,85
TOTAL ATIVO	33 226,00	0,00	33 226,00	10 214,85	0,00	10 214,85
PASSIVOS						
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	9 902,89	0,00	9 902,89	2 111,88	0,00	2 111,88
Imposto sobre o valor acrescentado	7 843,44	0,00	7 843,44	0,00	0,00	0,00
Contribuições para segurança social	20 198,44	0,00	20 198,44	39 427,62	0,00	39 427,62
Outras tributações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL PASSIVO	37 944,77	0,00	37 944,77	41 539,50	0,00	41 539,50

18.4 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	31/dez/25			31/dez/24		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
ATIVOS						
Fornecedores	788,21	0,00	788,21	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	1 993,39	0,00	1 993,39	277,14	0,00	277,14
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL ATIVO	2 781,60	0,00	2 781,60	277,14	0,00	277,14

18.5 OUTRAS CONTAS A PAGAR


Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Outras contas a pagar", tinha a seguinte composição:

OUTRAS CONTAS A PAGAR	31/dez/25			31/dez/24		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
PASSIVOS						
Fornecedores de investimento	1,05	0,00	1,05	39 009,12	0,00	39 009,12
Credores por acréscimo de gastos	150 825,56	0,00	150 825,56	122 617,36	0,00	122 617,36
Credores diversos	31 260,72	0,00	31 260,72	16,36	0,00	16,36
Cauções	3 000,00	0,00	3 000,00	3 000,00	0,00	3 000,00
Clientes	101 686,50		101 686,50			
Ajustamentos de impostos - subsídios	0,00	812 822,92	0,00	0,00	823 310,92	-
TOTAL PASSIVO	286 773,83	812 822,92	1 099 596,75	164 642,84	823 310,92	987 953,76

18.6 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	31/dez/25			31/dez/24		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
ATIVOS						
F.C.T	-	4 407,94	4 407,94	-	4 407,94	4 407,94
Ativos por impostos diferidos	-	-	0,00	-	-	0,00
TOTAL ATIVO	0,00	4 407,94	4 407,94	0,00	4 407,94	4 407,94



18.7 PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 o capital da Entidade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 3.500 000 ações com o valor nominal de 50 cêntimos cada e era detido 99,79% pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e tinha a seguinte composição:

CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2025	31/12/2024
Capital	1 750 000,00	1 750 000,00
Ações (Quotas)	- 244,51	- 244,51
Reservas legais	263 421,82	263 000,00
Outras reservas	66 776,80	66 776,80
Resultados transitados	1 231 888,21	1 161 905,61
Excedentes de revalorização	7 358 110,63	7 417 542,91
	10 669 952,95	10 658 980,81
Resultado líquido	12 781,01	8 436,34
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	10 682 733,96	10 667 417,15

NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

GASTOS COM O PESSOAL	2025	2024
GASTOS COM O PESSOAL	881 890,13	696 406,09
Remunerações dos órgãos sociais	48 111,72	42 572,02
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	649 221,93	508 052,89
Das quais: Participação nos lucros		
Indemnizações	0,00	11 655,21
Encargos sobre remunerações	155 881,20	113 901,30
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	8761,19	3998,58
Outros gastos com pessoal	19 914,09	16 226,09

No final de 2025, o Coliseu Micaelense registava um efetivo de 26 colaboradores.

NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DAS PARTES RELACIONADAS

A entidade é detida a 99.79% pela Câmara Municipal Ponta Delgada. As remunerações da pessoal chave de gestão foram:

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DE GESTÃO	2025	2024
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Remunerações	48 111,72	42 572,02
Encargos	11 426,53	10 110,85



Apresentamos uma tabela que evidencia as transações entre o Coliseu Micaelense e a empresa-mãe, Município de Ponta Delgada:

MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA (EMPRESA-MÃE)	2025		2024	
	CLIENTE/ OUTRO DEVEDOR	FORNECEDOR/ OUTRO DEVEDOR	CLIENTE/ OUTRO DEVEDOR	FORNECEDOR/ OUTRO DEVEDOR
Total das transações	1 954 172,70	-	1 369 947,79	-
Total dos saldos	-	-	-	-

Não existem outras entidades relacionadas.

NOTA 23 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Artigo 210º da Lei 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada com acordo à data de 31 de dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

De acordo com o n.º 1, alínea b) do Artigo 66º-A, os honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais de contas em 2025 e em 2024 (IVA incluído), foram os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários do Revisor Oficial de Contas	6 960,00	6 960,00

NOTA 24 – OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2025 e de 2024, tinham a seguinte composição:

RESULTADOS FINANCEIROS	2025	2024
Juros e gastos similares suportados	53 583,73	100 655,54
Gasto de financiamento	-	-
Resultado	53 583,73	100 655,54

24.2 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os saldos da rubrica “Diferimentos” foram como segue:

DIFERIMENTOS	31/12/2025			31/12/2024		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
ATIVO						
Gastos a reconhecer	16 111,27	-	16 111,27	17 739,49	-	17 739,49
TOTAL ATIVO	16 111,27	-	16 111,27	17 739,49	-	17 739,49
PASSIVOS						
Rendimentos a reconhecer						
Transferências e subsídios de capital	59 000,00	-	59 000,00	15 000,00	-	15 000,00
Bilheteira	311 646,88	-	311 646,88	226 660,47	-	226 660,47
TOTAL PASSIVO	370 646,88	-	370 646,88	241 660,47	-	241 660,47



24.3 OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram como segue:

OUTROS RENDIMENTOS	2025	2024
Ganhos em inventários	0,00	6 133,28
Donativos		
Rendimentos suplementares	6 824,64	6 680,40
Correções relativas a períodos anteriores	5 897,24	4 130,42
Imputação de subsídios ao investimento	-	-
Excesso da estimativa para impostos	-	-
Outros rendimentos e ganhos	62 613,12	36 911,71
TOTAL	75 335,00	53 855,81

24.4 OUTROS GASTOS

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram como segue:

OUTROS GASTOS	2025	2024
Impostos	11 331,46	16 217,13
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	14 181,44	7 498,78
Ofertas e amostras de inventários	508,73	1 584,48
Perdas em instrumentos financeiros	0,00	88,02
Insuficiência da estimativa para imposto	4 855,28	0,00
Outros gastos e perdas	4 456,84	271,31
TOTAL	35 333,75	25 659,72

24.5 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2025	2024
Subcontratos	1 182 877,33	848 342,87
Serviços especializados	111 973,83	115 378,91
Materiais de consumo	37 195,16	29 576,00
Energia e fluídos	29 178,00	27 210,35
Deslocações, estadas e transportes	25 019,60	18 669,51
Serviços diversos	94 078,95	53 631,92
TOTAL	1 480 322,87	1 092 809,56





COLISEU
MICAELENSE

24.6 INDICAÇÃO DOS TITULARES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Os órgãos sociais e de gestão tinham a seguinte composição:

Conselho de Administração			
Nome	Cargo	Data inicio	Data fim
Cassilda Alexandra Antunes Lopes	Presidente	28-10-2022	
Helena Margarida Costa Medeiros Moura	Vogal	28-03-2024	

Assembleia - Geral			
Nome	Cargo	Data inicio	Data fim
Pedro Filipe Rodrigues Furtado	Presidente	28-10-2022	
Luís Pedro Marques da Silva	Secretário	28-10-2022	

O contabilista Certificado

A Administração

Helena Costa Medeiros Moura

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e dos recebimentos e do desempenho orçamental. O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique: a) se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado, e; b) se os recursos foram obtidos e usados de acordo com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

O orçamento de 2025 foi aprovado em 22 de novembro de 2024 pelo montante de 3.077.287 euros, foi sujeito a uma modificação orçamental a 6 de agosto de 2025 de 400.000 euros, fixando-se o seu valor em 3.477.287 euros.

Para a satisfação destes objetivos as demonstrações orçamentais, relativas ao período de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, apresentamos os seguintes elementos:

NOTA 1 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS RECEITA - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Corrigidas
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
CORRENTE						
R5	Transferências e subsídios correntes	1 885 864,86	-	-	-	1 885 864,86
R5.1	Transferências correntes	1 885 864,86	-	-	-	1 885 864,86
R5.1.1	Administração Públicas	1 885 864,86	-	-	-	1 885 864,86
R5.1.1.1	Administração Regional	-	-	-	-	-
R5.1.1.1	Administração Local	1 885 864,86	-	-	-	1 885 864,86
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens de serviços	1 131 422,87	189 502,21	-	-	1 320 925,08
R7	Outras receitas correntes	60 000,00	-	-	-	60 000,00
TOTAL CORRENTE		3 077 287,73	189 502,21	-	-	3 266 789,94
CAPITAL						
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de capital	-	156 000,00	-	-	156 000,00
R9.1	Transferências de capital	-	156 000,00	-	-	156 000,00
R9.1.2	Exterior - UE	-	156 000,00	-	-	156 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	-	54 497,79	-	-	54 497,79
TOTAL CAPITAL		-	210 497,79	-	-	210 497,79
TOTAL GERAL		3 077 287,73	400 000,00	-	-	3 477 287,73



NOTA 2 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DESPESA - 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubrica	Descrição	Despesa				
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
CORRENTE						
D1	Despesas com o pessoal	833 854,63	91 088,05	44 668,46	-	880 274,22
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	651 072,00	24 374,49	77,45	-	675 369,04
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	53 001,85	6 591,01	40 591,01	-	19 001,85
D1.3	Segurança social	129 780,78	60 122,55	4 000,00	-	185 903,33
D2	Aquisição de bens e serviços	1 682 968,91	524 189,25	381 045,76	-	1 826 112,40
D3	Juros e outros encargos	84 039,33	4 219,37	7 214,87	-	81 043,83
D4	Transferências correntes e subsídios correntes	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	44 615,68	9 846,68	-	-	54 462,36
TOTAL CORRENTE		2 645 478,55	629 343,35	432 929,09	-	2 841 892,81
CAPITAL						
D6	Aquisição de bens de capital	30 000,00	258 211,44	61 840,57	-	226 370,87
D7	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	401 809,18	7 214,87	-	-	409 024,05
TOTAL CAPITAL		431 809,18	265 426,31	61 840,57	-	635 394,92
TOTAL GERAL		3 077 287,73	894 769,66	494 769,66	-	3 477 287,73



DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Demonstração Desempenho Orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO					TOTAL	2024
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	54 497,79	0,00	0,00	0,00	0,00	54 497,79	200 024,38
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	304 285,80	1 587 993,19	0,00	0,00	0,00	1 892 278,99	1 300 383,94
R5.1	Administrações Públicas	304 285,80	1 587 993,19	0,00	0,00	0,00	1 892 278,99	1 300 383,94
R5.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.13	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.14	Administração Regional	6 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 750,00	1256,85
R5.15	Administração Local	297 535,80	1 587 993,19	0,00	0,00	0,00	1 885 528,99	1 299 127,09
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	951082,82	0,00	0,00	0,00	0,00	951082,82	929 618,03
R7	Outras receitas correntes	73 794,82	5 614,07	0,00	0,00	0,00	79 408,89	113 407,82
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 098,80
R9	Transferências de Capital	0,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	8 500,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.13	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.14	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.15	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	8 500,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	1 329 163,44	1 623 607,26	0,00	0,00	0,00	2 952 770,70	2 359 008,39
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1 383 661,23	1 623 607,26	0,00	0,00	0,00	3 007 268,49	2 559 032,77
	Recabimentos de operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	34 072,66	34 072,66	73 900,00





COLISEU
MICAELENSE

Demonstração Desempenho Orçamental

RUBRICA	FONTES DE FINANCIAMENTO						TOTAL	2024
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS			
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	830 288,63	0,00	0,00	0,00	830 288,63	632 965,90
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	648 373,16	0,00	0,00	0,00	648 373,16	506 079,62
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	12 800,54	0,00	0,00	0,00	12 800,54	15 528,65
D1.3	Segurança social	0,00	169 114,93	0,00	0,00	0,00	169 114,93	111 357,63
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	1 499 028,22	0,00	0,00	0,00	1 499 028,22	1 214 259,72
D3	Juros e outros encargos	0,00	61 067,34	0,00	0,00	0,00	61 067,34	104 507,22
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	53 631,97	54 395,52	0,00	0,00	0,00	108 027,49	43 436,94
Despesa de Capital								
D7	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116 684,33
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		53 631,97	2 444 779,71	0,00	0,00	0,00	2 498 411,68	2 111 854,11
Despesa não efetiva [6]		0,00	409 024,05	0,00	0,00	0,00	409 024,05	392 680,87
D10	Ativos financeiros	0,00	409 024,05	0,00	0,00	0,00	409 024,05	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	392 680,87
Soma [7]=[5]+[6]		53 631,97	2 853 803,76	0,00	0,00	0,00	2 907 435,73	2 504 534,98
Pagamentos de operações de tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00	2 828,66	2 828,66	73 900,00
Saldos para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		1 330 029,26	-1 230 196,50	0,00	0,00	0,00	99 832,76	54 497,79
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		0,00	0,00	0,00	0,00	31 244,00	31 244,00	0,00
Saldo global [2]-[5]		1 275 531,47	-821 172,45	0,00	0,00	0,00	454 359,02	247 154,28
Despesa primária		53 631,97	2 383 712,37	0,00	0,00	0,00	2 437 344,34	2 007 346,89
Saldo corrente		1 275 531,47	-851 172,45	0,00	0,00	0,00	424 359,02	348 239,81
Saldo de capital		0,00	30 000,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00	-101 085,53
Saldo primário		1 275 531,47	-760 105,11	0,00	0,00	0,00	515 426,36	351 661,50
Receita total [1]+[2]+[3]		1 383 661,23	1 623 607,26	0,00	0,00	0,00	3 007 268,49	2 559 032,77
Despesa total [5]+[6]		53 631,97	2 853 803,76	0,00	0,00	0,00	2 907 435,73	2 504 534,98



**COLISEU
MICAELENSE**

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Períodos anteriores	Período corrente
	RECEITAS CORRENTES	3 266 789,94	0,00	3 004 613,12	12 683,42	2 933 066,12	10 295,42	10 295,42	33 346,00	2 889 424,70	69 159,00		
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R5	Transferências e subsídios correntes	1 885 864,86	-	1 895 900,66	2 871,67	1 895 150,66	2 871,67	2 871,67	1 892 278,99	1 892 278,99	750,00	0%	100%
R6	Venda de bens de serviços	1 320 925,08	-	1 000 615,57	9 811,75	958 506,57	7 423,75	7 423,75	925 236,82	951 082,82	39 721,00	2%	70%
R7	Outras receitas correntes	60 000,00	-	108 096,89	-	79 408,89	-	-	7 500,00	71 908,89	28 688,00	13%	120%
	RECEITAS DE CAPITAL	156 000,00	-	30 000,00	-	30 000,00	-	-	30 000,00	-	-	0%	0%
RB	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R9	Transferências e subsídios de capital	156 000,00	-	30 000,00	-	30 000,00	-	-	30 000,00	-	-	0%	0%
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
	RECEITAS NÃO EFETIVAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	54 497,79	-	54 497,79	-	54 497,79	-	-	54 497,79	-	-	0%	100%
	TOTAL GERAL (RECEITAS CORRENTES)	3 266 789,94	-	3 004 613,12	12 683,42	2 933 066,12	10 295,42	10 295,42	33 346,00	2 889 424,70	69 159,00	1%	88%
	TOTAL GERAL (RECEITAS DE CAPITAL)	156 000,00	-	30 000,00	-	30 000,00	-	-	30 000,00	-	-	0%	0%
	TOTAL GERAL (RECEITAS NÃO EFETIVAS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
	TOTAL GERAL	3 477 287,73	-	3 089 110,91	12 683,42	3 017 563,91	10 295,42	10 295,42	33 346,00	2 973 922,49	3 007 268,49	1%	86%

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



COLISEU
MICAELENSE

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubrica	Descrição	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Período anterior	Período corrente
D1	DESPESA CORRENTE	-	2 841 892,81	-	2 751 211,64	2 571 272,79	48 306,45	2 396 473,26	2 444 779,71	179 938,85	126 493,08	-	-
D1.1	Despesas com o pessoal	-	880 274,22	-	864 132,95	864 132,95	22 388,99	807 899,64	830 288,63	-	33 844,32	3%	92%
D1.2	Remunerações Certas e Permanentes	-	675 369,04	-	667 424,98	667 424,98	22 382,27	625 990,89	648 373,16	-	19 051,82	3%	93%
D1.3	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	19 001,85	-	13 491,28	13 491,28	6,72	12 793,82	12 800,54	-	690,74	0%	67%
D2	Segurança social	-	185 903,33	-	183 216,69	183 216,69	-	169 114,93	169 114,93	-	14 101,76	0%	91%
D3	Aquisição de bens e serviços	-	1826 112,40	-	1 771 421,16	1 591 482,31	25 908,49	1 473 119,73	1 499 028,22	179 938,85	92 454,09	1%	81%
D4	Juros e outros encargos	-	81 043,83	-	61 199,26	61 199,26	-	61 067,34	61 067,34	-	131,92	0%	75%
D4.1.2	Transferências correntes e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D4.1.3	Entidades do Setor Não Lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D4.1.4	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D4.2	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D5	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D5	Outras despesas correntes	-	54 462,36	-	54 458,27	54 458,27	8,97	54 386,55	54 395,52	-	62,75	0%	100%
D6	DESPESA DE CAPITAL	-	226 370,87	-	206 138,47	53 631,97	36 031,12	17 600,85	53 631,97	152 506,50	-	16%	8%
D7	Aquisição de bens de capital	-	226 370,87	-	206 138,47	53 631,97	36 031,12	17 600,85	53 631,97	152 506,50	-	0%	0%
D7.1	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.1.2	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.1.3	Entidades do Setor Não Lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.1.4	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D7.2	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D8	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%
D9	DESPESAS NÃO EFETIVAS	-	409 024,05	-	409 024,05	409 024,05	-	409 024,05	409 024,05	-	-	-	-
D10	Despesa com ativos financeiros	-	409 024,05	-	409 024,05	409 024,05	-	409 024,05	409 024,05	-	-	0%	0%
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	100%
	TOTAL GERAL (DESPESAS CORRENTES)	-	2 841 892,81	-	2 751 211,64	2 571 272,79	48 306,45	2 396 473,26	2 444 779,71	179 938,85	126 493,08	2%	84%
	TOTAL GERAL (DESPESAS DE CAPITAL)	-	226 370,87	-	206 138,47	53 631,97	36 031,12	17 600,85	53 631,97	152 506,50	-	16%	8%
	TOTAL GERAL (DESPESAS NÃO EFETIVAS)	-	409 024,05	-	409 024,05	409 024,05	-	409 024,05	409 024,05	-	-	0%	100%
	TOTAL GERAL	-	3 477 287,73	-	3 366 374,16	3 033 928,81	84 337,57	2 823 098,16	2 907 435,73	332 445,35	126 493,08	2%	81%



COLISEU MICAELENSE

Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 13.474.280 euros e um total de património líquido de 10.682.734 euros, incluindo um resultado líquido de 12.781 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Duarte

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Duarte

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 3.007.269 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 2.907.436 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 13 de Março de 2026



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n°520)
Registado na CMVM com o n° 20160190



**DUARTE GIESTA
& ASSOCIADO**
SROC, LDA

Rua Dr. Caetano de Andrade,
nº 5 – 2º Centro
9500-037 Ponta Delgada
T: +351 296 628 240
M +351 924 479 500
geral@duartegiesta.pt
www.duartegiesta.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2025

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedade Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração do COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, E.M., S.A., relativos ao exercício de 2025.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2025, a atividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.

- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;

- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Duarte Giesta

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 13 de Março de 2026

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)
Registado na CMVM com o nº 20160190